

Governo de Minas Gerais e Nações Unidas debatem estratégias de prevenção e combate à tortura

Qua 28 novembro

Com o objetivo de discutir políticas públicas e as medidas institucionais necessárias para a construção do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, o [Governo do Estado](#), por meio da [Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania \(Sedpac\)](#), realiza o Seminário Internacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O evento, com conclusão nesta terça-feira (27/11), termina com uma [audiência pública na Assembleia Legislativa](#) (*clique para informações sobre a audiência*).

O seminário proporciona o diálogo entre os agentes públicos que lidam diretamente com a questão e especialistas internacionais, para a elaboração de uma política pública ampla e efetiva em Minas Gerais.

A iniciativa é viabilizada por um acordo de cooperação internacional entre o Estado de Minas Gerais e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, por meio do Fundo Especial do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura.

De acordo com o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Gabriel Rocha, o Brasil possui compromisso internacional para o combate a essa prática, e que, como resposta, foi criado em 2013 o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Agora, cabe ao Estado promover a pauta em seu território.

“Estamos comemorando 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, um grande feito, que possibilitou que ninguém seja submetido à tortura no mundo. A nossa Constituição também é clara ao afirmar que tal prática é um crime inafiançável”, afirma o secretário.

A especialista em Prevenção e Combate à tortura do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Andrea Benevante, lembra que a tortura não é um problema apenas do Brasil e que nenhum país do mundo conseguiu a erradicação.

“Precisamos descobrir quais são os obstáculos que fazem com que a tortura ainda não tenha sido erradicada. Esse seminário é um bom começo para buscarmos essas respostas”, diz Benevante.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, José Washington da Silva, explica que o mal da tortura é um preocupante e que viola frontalmente os direitos humanos. “A Constituição trouxe um novo marco para o nosso país dando dignidade aos brasileiros. É de extrema importância que se institucionalize a cultura do argumento no avanço e proteção dos Direitos Humanos para se combater a tortura”, finaliza.

Já o subcomandante da Polícia Militar de Minas Gerais, André Leão, destaca que a profissão de militar exige a proteção da dignidade humana, e que não se pode condenar toda a instituição por práticas de indivíduos. “Temos que preservar pessoas de bem que compõem a instituição, então não podemos generalizar práticas individuais que são condenáveis”, completa.

Além da ONU, a realização do evento contou as parcerias da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, das secretarias de Estado de [Administração Prisional \(Seap\)](#), [Saúde \(SES-MG\)](#) e [Segurança Pública \(Sesp\)](#), das Polícias [Militar \(PMMG\)](#) e [Civil \(PCMG\)](#), do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, da [Controladoria Geral do Estado \(CGE\)](#), da [Ouvidoria Geral do Estado \(OGE\)](#), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da [Defensoria Pública de Minas Gerais \(DPMG\)](#) e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).